



Do Acesso a Permanência Estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico no Brasil

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
carlos.dias@unifesp.br

Michelle Cristine da Silva Toti

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)
michelle.toti@unifal-mg.edu.br

Ruth Maria Moraes Oliveira Prado

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
ruthprado@ifma.edu.br

Rosana Heringer

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
rosana.heringer@gmail.com

Resumo

Este estudo refere-se a um mapeamento realizado nas universidades federais brasileiras com o intuito de conhecer quais políticas de permanência existem nessas instituições, com base nas ações e programas oferecidos aos seus estudantes. O trabalho utilizou método quali-quantitativo, utilizando procedimentos de busca nas páginas eletrônicas das UF e de envio de consulta institucional, via ferramentas de transparência pública. As categorias analisadas, nos programas de permanência, foram as dimensões de apoio material, acadêmico e simbólico. Para a análise, quantificamos as informações, utilizando estatística descritiva, e organizamos e analisamos as informações

qualitativas as luz dos referenciais no campo de pesquisas sobre ensino superior, mais especificamente naquilo que tem sido concebido em âmbito internacional como um subcampo em emergência, os “assuntos estudantis” ou, nacionalmente, no subcampo da assistência estudantil. Nossos dados nos permitem afirmar que as políticas de permanência estudantil se manifestam nas dimensões do apoio material, acadêmico e simbólico. Identificamos uma tendência, ainda se consolidando, das universidades federais compreenderem a permanência estudantil como uma responsabilidade institucional e não de uma pró-reitoria em específico. As universidades federais estão desenvolvendo

formas de apoio condizentes com o perfil atualizado do seu público, aprimorando o apoio material e oferecendo novas formas de apoio acadêmico e simbólico, concebendo a permanência estudantil como um processo ao longo da graduação.

Descritores: Educação Superior; Permanência estudantil; Assuntos estudantis; Assistência estudantil; Ações afirmativas.

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa (LEPES, 2024) que realizou o mapeamento nas 69 universidades federais brasileiras com o intuito de esclarecer quais políticas de permanência existem nessas instituições, tendo como base as ações e programas oferecidos aos seus estudantes⁷. Dessa forma, tomamos a permanência estudantil como principal categoria de análise, buscando compreender como ela tem se manifestado em território nacional. Adotamos como ponto de partida o trabalho de Vargas e Heringer (2016) que realizou um levantamento, no primeiro semestre de 2015, das políticas de assistência estudantil nos websites das 63 universidades federais existentes à época. A pesquisa se insere no campo de estudos da sociologia do ensino superior (Neves, Sampaio & Heringer, 2018) e referenciou-se, ainda, em trabalhos brasileiros sobre assuntos estudantis, políticas de permanência e assistência estudantil, especialmente a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007. Baseamo-nos, também, em trabalhos sobre apoio pedagógico (Dias, 2021; Toti, 2022; Prado, 2021), apoio psicológico (Gomes, 2020; Oliveira et al. 2018; Menda, Seibt, Silva & Kristensen, 2022), ações de práticas esportivas (Fernandes, 2021; Ferreira, Sanabria & Cintra, 2023), ações de arte e cultura (Fer-

2022), políticas de acessibilidade e inclusão (Miranda, 2022), de inclusão digital (Müller, Cecchin e Nogueira, 2023), sobre serviços de apoio aos estudantes (Dias et al, 2020; Toti & Dias, 2022; Dias & Toti, 2023), sobre ações afirmativas (Heringer, 2022; Santos, 2009) entre outros. Concordamos com Vargas e Heringer (2016) que a concepção de políticas de permanência é mais abrangente do que, simplesmente, ações de transferência de recursos ou de apoio material. A política de permanência deve pensar a inserção plena dos estudantes na vida universitária e, portanto, as ações de assistência estudantil estão contidas nas de permanência, sendo, no entanto, mais específicas e voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a partir do referencial bibliográfico, compreendemos a política de permanência estudantil como “o conjunto de medidas institucionais voltadas à inserção dos estudantes na vida acadêmica, por meio de programas e ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência, a fim de que concluam seus cursos, tendo tido uma experiência positiva e com qualidade de aprendizagem” (LEPES, 2024, p.5). Entendemos que essas políticas de permanência estudantil se organizam em três dimensões de apoio: material, acadêmica e simbólica. O apoio material é constituído

7 Este estudo faz parte do projeto “Affirmative action and the right to higher education: recent changes, outcomes and political action in Brazil”, desenvolvido pelo LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior), da Faculdade de Educação da UFRJ em parceria com o LAPES (Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas (Praepa) da Unifesp, em conjunto com a Ação Educativa e financiada pela Open Society Foundation.

pelas ações que viabilizam suporte financeiro, via repasse monetário ou por ajuda direta, como nos casos de moradia ou alimentação, por exemplo, a grupos de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Já o apoio acadêmico, é realizado por meio de políticas que “apoiam de modo mais direto a aprendizagem dos estudantes e sua integração à universidade e ao curso, buscando melhorar a experiência da vida universitária e, conseqüentemente, o desempenho acadêmico” (LEPES, 2024, p.5). Nessa dimensão, o suporte não se restringe a um perfil de estudante, sendo disponibilizado a todos que demandam o serviço/apoio, e é realizado por meio de acompanhamento

de equipes multiprofissionais. Por sua vez, o apoio simbólico diz respeito às diferentes ações que “favoreçam o fortalecimento de vínculos e o pertencimento à instituição/campus/curso por meio de suas identidades” (LEPES, 2024, p.6), como ações que considerem a diversidade da população estudantil, nos quais compreendemos “aquelas voltadas para a população preta, parda, indígena, quilombola, com deficiência, de imigrantes, mães, LGBTQIA+ entre outras” (LEPES, 2024, p.6). Essas dimensões do apoio são categorias analíticas elaboradas a priori a coleta de dados a partir das referências bibliográficas buscando dar conta do objetivo da pesquisa.

Objetivo

Mapear as ações de permanência estudantil nas sessenta e nove (69) universidades federais (UF) brasileiras, por meio das informações disponíveis nos websites das universidades e de dados coletados diretamente com as

instituições. Dentre os objetivos específicos da pesquisa⁸, trataremos neste trabalho sobre: [1] coletar e sistematizar dados sobre apoio material, acadêmico e simbólico; [2] identificar políticas e ações de permanência estudantil.

Metodologia

O trabalho utilizou método quali-quantitativo, utilizando procedimentos de busca nas páginas eletrônicas das UF e de envio de consulta institucional, via ferramentas de transparência pública. O instrumento de coleta de dados nos sites institucionais foi validado pela equipe de pesquisa em três etapas, com duas fases piloto e a fase final (LEPES, 2024). Por tratar-se de coleta de dados institucionais (dados

secundários), a pesquisa dispensa a exigência de aprovação em Comitê de Ética. A consulta de dados via transparência pública, se apoiou em legislação nacional - Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011) por meio do Fala.Br - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação⁹.

8 A pesquisa também contou com outros objetivos específicos: [a] coletar e sistematizar dados sobre orçamento da assistência estudantil e outros direcionados de forma direta pelas UF para ações de permanência estudantil; [b] identificar o tamanho e o perfil das equipes multiprofissionais lotadas nas Pró-reitorias de Assuntos Estudantis ou equivalentes; [c] analisar a produção científica recente sobre assistência e permanência.

9 O Fala.BR é uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação pela qual é possível acionar órgãos e entidades do Poder Executivo Federal solicitando informações ou registrando manifestações (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações). Os serviços na plataforma são orientados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

As categorias analisadas, nos programas de permanência, foram as dimensões de apoio material, acadêmico e simbólico. Para análise, quantificamos as informações, utilizando estatística descritiva, e organizamos e analisamos as informações qualitativas. Este trabalho se insere no campo de pesquisas sobre ensino superior (Neves et al., 2018), mais especificamente naquilo que tem sido concebido em âmbito internacional como um subcampo em emergência, os “assuntos estudantis” ou, nacionalmente, no subcampo da assistência estudantil (Dias, 2021). A pesquisa tem um recorte metodológico nas ciências sociais com uma

abordagem qualitativa (Martins, 2004). As etapas que adotamos no percurso metodológico foram: levantamento bibliográfico, elaboração de formulário para coleta de dados nos sites das 69 UF, elaboração do roteiro de questões para as 69 UF via plataforma de transparência pública (Lei de Acesso a Informação), coleta de dados nos websites, consulta às universidades federais via plataforma Fala.Br (ouvidoria), análise dos dados, elaboração dos relatórios parcial e final, apresentação dos resultados da pesquisa no IV Seminário LEPES¹⁰, revisão e publicação do relatório final, assim como outras formas de divulgação.

Resultados

As 69 universidades federais estão localizadas nas cinco regiões do país. O maior número de universidades se encontra no Nordeste (20), seguido do Sudeste (19), Norte (11), Sul (11) e Centro-oeste (8). Há diferenças entre as universidades, seja quanto ao número de campi, número de alunos de graduação, quantitativo e composição do quadro de profissionais lotados nas pró-reitorias de assuntos estudantis. Em relação ao número de alunos de graduação, verificamos que as universidades federais com maior número de alunos, por região, são: UFAM-Norte (23.226), UTFPR-Sul (29.935), UnB-Centro-oeste (40.026), UFBA-Nordeste (47.774) e UFRJ-Sudeste (53.500). Já as com menor número de alunos de graduação, conforme região geográfica são: UFAPE-Nordeste (1.927), UFGPA-Sul (3.625), UFGat-Centro-oeste (4.008), UFNT-Norte (4.494) e UNIFAL-Sudeste (6.120). Em relação ao número de campi, há universidades que só possuem um campus até instituições com 13 campi. Identificamos que praticamente metade das 69 universidades federais têm até

4 campi e a outra metade, 5 ou mais campi. De forma mais detalhada, 6 contam com apenas 1 campus, 8 com dois campi, 21 com 3 ou 4 campi, 18 com 5 ou 6 campi e 16 com 7 ou mais campi. O fenômeno da expansão de vagas nessas universidades a partir do Reuni (Brasil, 2007) deu-se também em virtude da criação de novos campi, o que trouxe uma série de desafios para as instituições no que diz respeito a pensar a permanência estudantil, isso porque, em muitos casos, esses campi de expansão não possuem a mesma estrutura quando comparadas à sede, aos outros campi da mesma universidade e, também, há várias diferenças entre as universidades, ao considerarmos serviços e políticas de permanência estudantil (Fonprace, 2018).

Nossos dados nos permitem generalizar e chamar os órgãos que gerem os recursos federais do PNAES nas UF de “Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis”. Vargas e Heringer (2016) identificaram em 2015 que 43 das 63 UF à

10 O evento foi realizado na UFRJ campus Praia Vermelha no dia 11 de dezembro de 2023. Mais informações em: <https://www.educacao.ufrj.br/2023/12/11/iv-seminario-do-lepes-laboratorio-de-estudos-e-pesquisas-em-educacao-superior/>

época possuíam pró-reitorias responsáveis pela gestão do PNAES, as outras 20 se organizavam em departamentos e divisões. Hoje, 68 das 69 UF têm pró-reitorias e, em apenas uma, a gestão do PNAES está vinculada a um departamento, o que nos sugere que nesse intervalo de 8 anos a permanência estudantil se institucionalizou. Outro dado que corrobora essa institucionalização é o nome dessas pró-reitorias, 2/3 tem em seu nome a expressão “Assuntos Estudantis”. A mudança e consolidação de uma nomenclatura nos sugere os “assuntos estudantis” como um campo emergente de estudos, caminhando na lógica das experiências internacionais, especialmente norte-americanas, com os departamentos intitulados “students affairs” (Toti & Polydoro, 2020). Analisando os termos utilizados na nomenclatura dessas Pró-reitorias, o termo “assuntos estudantis” é o mais recorrente, aparecendo em 41 das 69 universidades. O segundo termo mais recorrente é “assuntos comunitários”, aparecendo 14 vezes, enquanto que o termo “políticas afirmativas” aparece 7 vezes e “extensão” 6 vezes. Há ainda 4 universidades que possuem departamentos de assuntos estudantis e/ou comunitários em outras pró-reitorias. Por fim, o termo “assistência estudantil” apareceu na definição de apenas 11 das 69 universidades, o que indica, segundo nossa análise, o avanço das instituições na concepção de permanência estudantil como uma política que vai além do apoio material, embora este seja prioritário. Essa interpretação é reforçada pelo público atendido por estas Pró-reitorias. Os resultados mostram que 81,2% das UF atendem todos os estudantes de graduação e somente 18,8% atendem apenas os estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além disso, quase a metade atende também estudantes de pós-graduação e 7,2% atendem toda a sua comunidade acadêmica, incluindo estudantes

de graduação, pós-graduação e servidores (e em alguns casos a comunidade externa).

Também identificamos que o apoio material está universalizado, presente em todos os campi de todas as universidades federais. As principais formas de apoio material são: moradia - auxílio financeiro (93%); creche - auxílio financeiro (87%); alimentação - auxílio financeiro (80%); subsídio do restaurante universitário (78%); transporte - auxílio financeiro (68%) entre outros. Buscamos também identificar se as ações de apoio acadêmico e simbólico são oferecidas em todos os campi e identificamos que na maioria das UF (62%) a resposta foi sim, ou seja, é reproduzido nos campi os mesmos apoios da sede. Em 30% das universidades não conseguimos localizar a informação e em apenas 8% esses apoios não são realizados em todos os campi, apenas os de apoio material. Na dimensão acadêmica, o apoio mais frequente é o apoio psicológico oferecido em 91,3% das UF, seguido do apoio pedagógico oferecido em 81,2% delas, dados também encontrados em outras pesquisas (Toti, 2022; Dias, 2021). Em seguida estão as ações de esporte e cultura (79,7%), serviços de saúde (71%) e ações de lazer (68,1%). Também identificamos que em todas as UF ao menos uma forma de apoio acadêmico é oferecida e que em 70% delas essas cinco formas de apoio foram identificadas. Compreendemos que esses dados mostram que essa dimensão de apoio vem se consolidando nos últimos anos, como já observado por Menda et al (2022), Gomes (2020) e Oliveira (2018) no caso no apoio psicológico e Toti (2022) e Dias (2021) no caso do apoio pedagógico.

Os dados também nos permitiram compreender como se realiza o apoio pedagógico, sendo a forma mais comum os atendimentos individuais (63,8%), seguido das oficinas (56,5%), de palestras (42%), das mentorias/tutorias

para disciplinas com grandes índices de reprovação (34,8%), ações para ingressantes (27,5%) e ações realizadas em outras pró-reitorias (18,8%). Em 15,9% das UF não foram identificadas ações de apoio pedagógico. Para o apoio psicológico identificamos que a forma mais frequente são os acolhimentos e atendimentos individuais não clínicos (85,5%), que são aqueles voltados para ações de promoção e prevenção e pautados pela psicologia educacional, na sequência vem as rodas de conversas (69,6%), palestras (52,2%) e oficinas (56,5%), só depois aparecendo os atendimentos individuais clínicos - terapia (49,3%). Em 7,2% não foram identificadas ações de apoio psicológico. Também identificamos ações de cultura dentro da oferta de apoio acadêmico, sendo a mais frequente o apoio com a organização de eventos (42%) seguidas de ações realizadas em outras pró-reitorias (37,7%). De forma semelhante, identificamos que dentre as ações de lazer a mais frequente foi o apoio com a realização de eventos (43,5%), seguida da organização de espaços nos campi (30,4%). Também identificamos ações de esportes, sendo a mais frequente a disponibilização de espaço e material para a prática esportiva (39,1%), seguida da promoção de campeonatos (36,2%), aulas de modalidades esportivas (30,4%) e fomento às atléticas (27,5%). Ainda dentro do apoio acadêmico em ações de saúde, identificamos que o atendimento médico (47,8%) é o mais frequente, seguido do atendimento odontológico (36,2%), atendimento nutricional (34,8%) e atendimento fonoaudiológico (13%).

Em relação às políticas de apoio simbólico, identificamos que a ação mais frequente é o suporte a estudantes com deficiência, presente em 51 (73,9%) das 69 universidades federais. Bem próximo, identificamos que em cerca de 70% das universidades federais há ações voltadas para a população indígena e quilombola

e também com o mesmo percentual aquelas pensadas pelo recorte de raça e gênero. Além disso, identificamos que em 40 delas (58%) há políticas para a população LGBTQIA+, em 30 delas (43,5%) para estrangeiros e em 20 delas (29%) para a população em situação de refúgio. Esses resultados sobre apoio simbólico nos permitem compreender que a maioria das universidades têm desenvolvido políticas para apoiar a diversidade de seus estudantes. Ao mesmo tempo que os sites e os relatórios não nos permitem mensurar o número de estudantes atendidos por esses programas, nos permite inferir que a partir de 2015 as universidades avançaram no desenvolvimento de ações desse tipo. Os dados encontrados por Vargas e Heringer (2016) nos sites dessas mesmas pró-reitorias eram mais tímidos na época, no que diz respeito a essas ações. Dentre as diferentes ações que identificamos e classificamos como apoio simbólico, agrupamos aqui alguns auxílios e bolsas que, embora se tratem de apoio financeiro e acadêmico, listamos como simbólico porque são específicos e voltados a grupos próprios, incluindo normativas próprias para acesso, sendo pré-requisito pertencer a algum desses grupos. Destacamos no nosso levantamento: a) ações voltadas para estudantes mães, que consideram desde o apoio com creche/bolsa, até moradias específicas, formas de flexibilização curricular e fomento a grupos/coletivos para que se fortaleçam; b) monitorias para grupos específicos, como o apoio a estudantes com deficiência, estrangeiros, indígenas e/ou quilombolas; c) setores de acolhimento de pessoas vítimas de violência e encaminhamento denúncias; d) campanhas educativas de combate às diferentes formas de violência; e) fomento de práticas e eventos culturais, artísticas, esportivas e de lazer como um elemento de inclusão e pertencimento; f) programas de saúde para mulheres; g) programas de apoio a comunidade LGBTQIA+; h) mentorias

e atividades de recepção aos ingressantes; i) cursos de extensão sobre diversidade, gênero, sexualidade, entre outros; j) programas de convivência acadêmica e mediação de conflitos;

k) formação de grupos de apoio a estudantes; l) apoio a grupos de estudo e de pesquisa que lidam com direitos humanos; k) formação e capacitação de bancas de heteroidentificação.

Conclusões

Os dados do mapeamento apresentados aqui mostram os resultados mais recentes em termos de políticas de permanência estudantil no Brasil (LEPES, 2024). Para além do apoio material, que constatamos como universalizado nas universidades federais brasileiras, mesmo com escassez de recursos financeiros, identificamos dentro das políticas de permanência aquelas que denominamos como apoio nas dimensões acadêmica e simbólica, as quais nos dedicamos a explorar neste trabalho. Destacamos as ações e programas de apoio psicológico e pedagógico como as ações predominantes na dimensão acadêmica, geralmente, com atendimentos individuais, atividades em grupo, além de oficinas e palestras com fins de acolhimento e integração como já observado por Dias (2021), Toti (2022) e Menda et al. (2022). Como apoio simbólico, destacamos as ações voltadas a estudantes com deficiência, depois aquelas ofertadas para a população indígena e quilombola seguidas por aquelas pensadas pelo recorte de raça e gênero, com ações recentemente analisadas por Fer (2022), Miranda (2022) e Müller, Cecchin & Nogueira (2023).

Após a leitura e interpretação dos dados, confirmamos nossa hipótese de que a permanência estudantil tem se concretizado por meio de três dimensões de apoio: material, acadêmica e simbólica.

Vale observar que, antes de tudo, são três categorias analíticas, construídas por nós para analisar e compreender as políticas de permanência estudantil. Reconhecemos e defendemos que

essas formas de apoio sejam interseccionadas quando necessário e reiteramos a necessidade de se pensar a permanência estudantil como, necessariamente, mais abrangente do que ações de apoio material, como já observado (Kowalski, 2012; Honorato Vargas & Heringer, 2014; Vargas & Heringer, 2016). Verificamos também que o escopo de atendimento dessas pró-reitorias caminha para o universal, ou seja, com a maioria atendendo a todos os seus estudantes de graduação e não apenas aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como já mencionamos, esse dado corrobora a ideia expressa no nome dessas pró-reitorias, a qual, podemos chamar de Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis.

Identificamos uma tendência, ainda se consolidando, das universidades federais compreenderem a permanência estudantil como uma responsabilidade institucional e não apenas das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis. A ampliação do olhar institucional da concepção de assistência para a de permanência estudantil; e a assunção da permanência estudantil como uma responsabilidade das instituições, não apenas de uma pró-reitoria, também nos sugere o início de um campo científico dos “assuntos estudantis”, independente do campo da assistência estudantil (Dias & Sampaio, 2023). Também identificamos, ainda que em apenas duas universidades, a formação docente como um elemento para a permanência estudantil, professores que planejam suas aulas de acordo com o perfil dos seus estudantes contribuem com a permanência dos

estudantes, como já observado por Darub, Marias & Kohls-Santos (2023).

Há quase 10 anos, Honorato, Vargas & Heringer (2014) chamaram a atenção para que as “inovadoras políticas de acesso” implicaria na revisão das políticas de “permanência (e de assistência), visto que a ampliação da proporção de alunos de ‘novo perfil’ leva à ampliação da demanda por programas com vistas a garantir a continuidade e a conclusão do curso destes estudantes no ensino superior” (HONORATO et al, 2014, p.3-4). Em que pese nesses quase 10 anos, mais da metade deles ter sido num cenário desafiador no cenário brasileiro, de corte de recursos financeiros e grande enfrentamento político do governo federal para com as universidades públicas (Silva & Marques, 2022), nossos dados de pesquisa nos permitem afirmar que essa revisão das políticas de permanência estudantil vem acontecendo. As universidades federais estão desenvolvendo formas de apoio atualizadas e condizentes com o perfil do seu público, aprimorando o apoio material e oferecendo novas formas de apoio acadêmico e simbólico, concebendo a permanência estudantil como um processo ao longo da graduação. Por meio da análise dos resultados é possível recomendar para as universidades as seguintes ações que podem melhorar suas políticas de permanência estudantil: (a) ampliar os programas de permanência estudantil para além do apoio material; (b) dar visibilidade às ações de permanência existentes em diferentes órgãos da administração da universidade, disponibilizando as informações, quando possível num mesmo endereço eletrônico; (c) aperfeiçoar a comunicação com a comunidade estudantil para divulgação das políticas de permanência; (d) garantir a ampliação e a multidisciplinaridade das equipes que atuam nos diferentes serviços de assuntos estudantis; (e) garantir a formação continuada das equipes dos serviços de assuntos estudantis

como política de permanência estudantil; (f) garantir a formação continuada de docentes como política de permanência estudantil; (g) ampliar o fomento e apoio às entidades e coletivos estudantis como política de permanência estudantil; dentre outras. Além disso, ao final da pesquisa, novos temas emergem como possibilidades de se avançar no conhecimento científico e contribuir com as políticas de permanência estudantil: (1) pesquisas sobre as redes sociais das pró-reitorias de assuntos estudantis e ações de permanência estudantil divulgadas nelas, analisando os tipos de apoio ofertados e a forma de comunicação; (b) análise dos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) das universidades federais analisando como a permanência estudantil aparece nesses relatórios; (c) pesquisas sobre a relação professor-estudante e a sala de aula como agentes de permanência estudantil; (d) entrevistas e questionários com profissionais dos serviços de assuntos estudantis visando identificar as ações de permanência estudantil e as características das ações ofertadas em relação ao perfil das equipes.



Referências

- Brasil (2011). Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso às informações previstas na Constituição Federal Brasileira*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
- Darub, A.K.G.S.; Matias, K.A.; Kohls-Santos, P. (2023). Prática docente e permanência estudantil na educação superior: a perspectiva de estudantes de universidades latino-americanas. *Actas XII Congreso Latinoamericano Sobre el Abandono en Educación Superior - CLABES*, (p. 729 - 736), Universidad Católica de Temuco, Chile. ISBN: 978-956-6224-39 <https://clabes.uct.cl/wp-content/uploads/2024/06/Acta-XII-CLABES-Revisión-final.pdf>
- Dias, C.E.S.B. (2021). O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP). Recuperado de: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166990> Acesso em: 21 Nov. 2022.
- Dias, C.E.S.B.; Sampaio, H. (2023). A constituição da assistência estudantil como campo científico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 53, p. e10516. Recuperado de: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516> Acesso em: 10/06/2024.
- Dias, C.E.S.B.; Toti, M.C.S. (2023). Serviços de assuntos estudantis no Brasil: fundamentos e profissionalização. In: Osti, A.; Fior, C.; Canal, C.P.P.; Almeida, L. *Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes*. São Carlos: Pedro & João Editores, p.209-238. Recuperado de: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/ensino-superior-mudancas-e-desafios-na-perspectiva-dos-estudantes/> Acesso em: 10/06/2024.
- Dias, C.E.S.B.; Toti, M.C.S.; Sampaio, H., Polydoro, S.A.J. (2020). Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores. Recuperado de: <https://pedrojoaoeditores.com.br/site/os-servicos-de-apoio-pedagogico-aos-discentes-no-ensino-superior-brasileiro/> Acessado em: 17/11/2023.
- Fer, P.M. (2022). Arte e cultura na política e ações de assistência estudantil na universidade pública: uma via para a permanência? Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17012023-130010/pt-br.php> Acesso em: 30/04/2024.
- Fernandes, L.S. (2021). Programa esporte e lazer como política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio De Janeiro: um estudo avaliativo. Dissertação [Mestrado profissional] em Avaliação. Fundação Cesgranrio.
- Ferreira, N.I.O., Sanabria, D.C., Cintra, R.F. (2023). O Esporte e o Lazer no Programa Nacional de Assistência Estudantil: Revisão Sistemática da Literatura. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 239–275. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/45726> Acesso em: 11/03/2024.
- Gomes, L.M.L.S. (2020). Psicologia, assistência estudantil e ensino superior. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Recuperado de: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6948> Acesso em: 11/06/2024.
- Heringer, R. (2022). Ações afirmativas e permanência estudantil na educação superior: aproximações, interfaces, implicações. In:
- Honorato, G., Vargas, H., Heringer, R. (2014). Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. 38º Encontro Anual da ANPOCS - ST 25: Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea. Caxambu (MG), 1-24.
- Kowalski, A.V. (2012). Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Recuperado de: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>
- Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) (2024). Do acesso a permanência estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico no Brasil (Resumo Executivo). Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ / Ação Educativa, 24p. Recuperado de: <https://hdl.handle.net/11600/71069> Acessado em: 17/06/2024
- Martins, H.H.T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936> Acessado em: 17/11/2023.
- Menda, C., Seibt, L.T., Silva, L.E.W. & Kristensen, C.H. (2022). Perfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 27(3), 591–608. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011> Acesso em: 15/01/2023.
- Miranda, L.D. (2022). Políticas de assistência estudantil para pessoas com deficiência nas universidades federais do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos relatórios de gestão. *Revista do PPGCS - UFRB – Novos Olhares Sociais*. Vol. 5, n.1, p.181-204.

- Müller, A.E.; Cecchin, A.F.; Nogueira, V.S. (2023). Inclusão digital na educação superior: Reflexões sobre as ações no campo da assistência estudantil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023044. Recuperado de: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17184> Acesso em: 11/06/2024.
- Neves, C.E.B.; Sampaio, H. Heringer, R. (2018). A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*. v.6, n.12 Jan-Abr. Recuperado de: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/340> Acesso em: 14 Jul. 2023.
- Oliveira, A.B., Silva, S.M.C. (2018). A Psicologia na promoção da saúde do estudante universitário. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(3), 363–374. Recuperado de: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913> Acesso em: 11/10/2022.
- Prado, R.M.M.O. (2021). Permanência na educação superior: o caso das Engenharias da Escola Politécnica da UFRJ. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro (RJ). Recuperado de: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000917790> Acesso em 18 Abr. 2024.
- Santos, D.B.R. (2009). Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009. Recuperado de: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778> Acesso em: 10/05/2023.
- Silva, L.B.; Marques, F. J. (2022). A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 38, Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112696> Acesso em: 10/04/2024.
- Toti, M.C.S. & Dias, C.E.S.B. (2022). Fundamentos para a atuação em assuntos estudantis: uma experiência autoformativa de profissionais de serviços de apoio aos estudantes para promover a permanência. XI Congresso Latinoamericano Sobre Abandono na Educação Superior (CLABES), Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: <https://doity.com.br/anais/trabalhos-apresentados/trabalho/255956>
- Toti, M.C.S. & Polydoro, S.A.J. (2020). Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil. In: Dias, C.E.S.B.; Toti, M.C. da S.; Sampaio, H.; Polydoro, S.A.J. (Orgs.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 79-102. Recuperado de: <https://pedro-ejoaoeditores.com.br/site/os-servicos-de-apoio-pedagogico-aos-discentes-no-ensino-superior-brasileiro/>
- Toti, M.C.S. (2022). *Apoio Pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP). Recuperado de: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1242232>
- Vargas, H.; Zuccarelli, C. & Waltenberg, F. (Org.). *Educação superior e os desafios da permanência estudantil em tempos de crise política e econômica*. 1ed. Curitiba: CRV, v. 1, p. 115-138.
- Vargas, H.M., Heringer, R. (2016). Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: Carmo, G.T. (org.). *Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 175-198.